

Demonstrações Contábeis

Empresa de Transmissão de Energia

do Mato Grosso S.A - ETEM

31 de dezembro de 2012

com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
---	---

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas e Diretores da

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Mato Grosso S.A. – ETEM (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência e auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

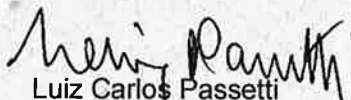
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.- ETEM em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		12.819	11.644
Caixa e equivalentes de caixa	5	334	20
Investimento de curto prazo	5	372	198
Concessionárias e permissionárias	7	849	487
Impostos a recuperar	8	233	434
Ativo financeiro da concessão	9	10.587	10.497
Outros ativos		444	8
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		86.970	74.270
Títulos e valores mobiliários	6	1.931	-
Ativo financeiro da concessão	9	85.039	74.270
ATIVO TOTAL		99.789	85.914

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		8.288	47.638
Empréstimos e financiamentos	12	3.489	45.916
Fornecedores		3.609	1.492
Salários, férias e encargos sociais		72	60
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	137	146
Dividendos a pagar		397	-
Taxas regulamentares		344	-
Outras obrigações		240	24
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		41.619	86
Empréstimos e financiamentos	12	41.390	-
Tributos e contribuições sociais diferido	11	229	86
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		49.882	38.190
Capital social	13	41.303	35.201
Reservas de lucros	13	8.579	2.989
PASSIVO TOTAL		99.789	85.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	19.885	72.657
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	17	(687)	(504)
Custo de infraestrutura	18	(7.876)	(65.803)
		(8.563)	(66.307)
LUCRO BRUTO		11.322	6.350
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	17	(444)	(5)
Pessoal		(155)	(19)
Honorários da diretoria e conselho de administração	21	(449)	(11)
Outras despesas	17	(51)	-
		(1.099)	(35)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.223	6.315
Despesas financeiras	19	(3.878)	(6.572)
Receitas financeiras	19	99	3.161
		(3.779)	(3.411)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.444	2.904
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(314)	(32)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(143)	(17)
		(457)	(49)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.987	2.855
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído - R\$	15	0,15070	0,09027
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		42.172	35.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.987	2.855
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	5.987	2.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar				
Saldo em 31 de dezembro de 2010		14.001							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	127	-	-	-	14.135
Destinação do lucro líquido:-									
Reserva legal	14	-	-	-	-	-	2.855	-	2.855
Reservas de lucros	14	-	-	143	-	-	(143)	-	-
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 04/01/2011		10.000	-	-	2.712	-	(2.712)	-	-
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 01/02/2011		8.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 11/11/2011		5.630	(2.430)	-	-	-	-	-	8.000
Saldo em 31 de dezembro de 2011		37.631	(2.430)	150	2.839				38.190
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.987	-	5.987
Destinação do lucro líquido:-									
Reserva legal	14	-	-	-	-	-	(299)	-	-
Reservas de lucros	14	-	-	299	-	-	(5.291)	-	-
Dividendos declarados	14	-	-	-	-	-	(397)	-	(397)
Integralização de capital - 31/01/2012		-	1.978	-	-	-	-	-	1.978
Integralização de capital - 31/03/2012		-	452	-	-	-	-	-	452
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 22/06/2012	13	2.369	-	-	-	-	-	-	2.369
Aumento de capital conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária - 11/07/2012	13	2.172	(869)	-	-	-	-	-	1.303
Saldo em 31 de dezembro de 2012		42.172	(869)	449	8.130				49.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.444	2.904
Itens que não afetam as disponibilidades		
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.830	7.662
Receita de aplicações financeiras	(87)	-
	10.187	10.566
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	(362)	(487)
Contas a receber ativo financeiro	(10.859)	(72.234)
Impostos a recuperar	201	(299)
Outros ativos	(436)	842
	(11.456)	(72.178)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	2.117	871
Taxas regulamentares	344	-
Salários, férias e encargos sociais	12	23
Contribuições e impostos a recolher	(323)	(31)
Outros passivos	216	(545)
	2.366	318
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.097	(61.294)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	4.390	36.208
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(6.408)	(35.008)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(2.018)	1.200
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	6.102	21.200
Empréstimos tomados	46.155	81.400
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(51.022)	(43.146)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.235	59.454
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	314	(640)
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo no início do período	20	660
Saldo no final do período	334	20
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	314	(640)
Informações adicionais		
Pagamento de contribuição social	44	-
Pagamento de imposto de renda	76	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. – ETEM

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS		
Receita de transmissão de energia	4.701	547
Receita de infra-estrutura	7.876	65.803
Remuneração do ativo financeiro de concessão	8.017	6.366
	<u>20.594</u>	<u>72.716</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infra-estrutura	(7.876)	(65.803)
Serviços de terceiros	(896)	(5)
Materiais	(29)	-
Outros custos operacionais	-	(484)
	<u>(8.801)</u>	<u>(66.292)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	99	3.161
	<u>99</u>	<u>3.161</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	11.892	9.585
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	363	36
Benefícios	214	1
Auxílio alimentação	16	-
Assistência médica e odontológica	26	1
Outros	172	-
FGTS	49	3
	<u>626</u>	<u>40</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.380	118
INSS	117	10
Encargos do consumidor	350	16
Imposto de renda e contribuição social	314	32
PIS e COFINS	359	43
Imposto de renda e contribuição social diferidos	143	17
Outros impostos e taxas	97	-
	<u>1.380</u>	<u>118</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	3.830	6.572
Aluguéis	21	-
Outras despesas financeiras	48	-
	<u>3.899</u>	<u>6.572</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	397	-
Reservas de lucros	5.590	2.855
	<u>5.987</u>	<u>2.855</u>
	11.892	9.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 9º andar, Bloco I, sala C, Vila Olimpia cidade de São Paulo – SP CEP: 04548-005 e filial localizada na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 3º andar, conjunto 1 sala, 1 Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78049-365 tendo por objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá; e ii) circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso, incluindo entradas de linha, interligações de barras, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita Anual permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 é de R\$ 10.046 para o ciclo de 2012/2013. Para os ciclo de 2011/2012 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 9.568 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 22 de fevereiro de 2013.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findos em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como seguros e meio ambiente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações nos saldos da demonstração do fluxo de caixa referente a 31 de dezembro de 2011: i) saldo na rubrica de empréstimos tomados no montante de R\$ 7.146 foi reclassificado para a rubrica de variações monetárias e cambiais líquidas e saldo na rubrica de empréstimos tomados no montante de R\$ 43.146, foi reclassificado para a rubrica de amortização e pagamento de juros do financiamento.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificado dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

Estão representados por investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo.

3.1.3. Contas a receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.5. Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.3 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possuía instrumentos de derivativos.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos:** são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- **Fornecedores:** inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.3.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.5 Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão de energia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSSL). A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

3.5.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.6 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.7 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Na data das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de montantes significativos.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.10.1 Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

3.10.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.12 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Os principais julgamentos e as premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros, são detalhados a seguir.

3.13.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.13.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.13.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.13.4 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3.13.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.13.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.13.7 Determinação das receitas de infraestrutura

A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01, registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 e CPC 30. De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.13.8 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3.14 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2013, com efeitos comparativos. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes.
- IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

Os demais pronunciamentos do IFRS (IAS 19/CPC 33 (R1), IFRS 10/CPC 36, IAS 28/CPC 18 (R2) e IFRS 12/ CPC 45) que têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2013 não trarão impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, por não serem aplicáveis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

A Companhia, seguindo política do grupo de investimentos financeiros, tem concentrado seus investimentos em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Caixa e equivalente de caixa:

Numerário disponível

31/12/2012	31/12/2011
334	20
<u>334</u>	<u>20</u>

Investimento de curto prazo

Certificados de depósitos bancários (I)

31/12/2012	31/12/2011
372	198
<u>372</u>	<u>198</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 96,09% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (100,00% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia têm como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários (*)

31/12/2012	31/12/2011
1.931	-
<u>1.931</u>	<u>-</u>

(*) Referem-se a constituição de contas reservas definidas nos contratos de empréstimos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

7. Concessionárias e permissionárias

Circulante

Transmissão de energia elétrica

31/12/2012	31/12/2011
849	487
<u>849</u>	<u>487</u>

Em 31 de dezembro de 2012, não há faturas de concessionárias e permissionárias em aberto com saldos vencidos.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia sofre as retenções e/ou procede as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	224	421
INSS	2	2
Outros	7	11
	<u>233</u>	<u>434</u>

9. Ativo financeiro de concessão

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Ativo financeiro da concessão	<u>10.587</u>	<u>10.497</u>
	<u>10.587</u>	<u>10.497</u>
Não circulante		
Ativo financeiro da concessão	<u>85.039</u>	<u>74.270</u>
	<u>85.039</u>	<u>74.270</u>
Total do ativo financeiro da concessão	<u>95.626</u>	<u>84.767</u>

As taxas efetivas de juros aplicadas no ativo financeiro Companhia foi de 3,2% e 3,5% em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Movimentação do ativo financeiro da concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.533
Receita de transmissão de energia (nota 16)	547
Remuneração do ativo financeiro de concessão (nota 16)	6.366
Receita de infra-estrutura (nota 16)	65.803
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84.767
Receita de transmissão de energia (nota 16)	4.701
Remuneração do ativo financeiro de concessão (nota 16)	8.017
Receita de infra-estrutura (nota 16)	7.876
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(9.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>95.626</u>

Em 31 de dezembro de 2012, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro de concessão.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo contrato de Concessão de Serviços Público de Energia Elétrica celebrado com a União – Poder Concedente. Este contrato de concessão estabelece os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Este contrato estabelece também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estavam originalmente representada pelo ativos imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Critério de reajuste das tarifas de transmissão

O contrato de concessão estabelece o valor de receita que a Companhia receberá ao longo do período de concessão, sendo tal valor estável e previsível. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo o contrato de transmissão da Companhia, a RAP é ajustada anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IPCA.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

10. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	40	1
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	26	12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28	32
Programa de Integração Social - PIS	2	7
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11	35
Imposto sobre Serviços - ISS	13	26
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	17	33
	<u>137</u>	<u>146</u>

11. Tributos e contribuições sociais diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
Não circulante		
Imposto de renda diferido	138	54
Contribuição social diferido	91	32
	<u>229</u>	<u>86</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

IR e CS Diferidos	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	90.345	90.345	82.935	82.935
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(99.789)	(99.789)	(85.914)	(85.914)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	(9.444)	(9.444)	(2.979)	(2.979)
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(756)	(1.133)	(238)	(357)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	27	11	(18)	-
IR e CS diferidos (Passivo)	(138)	(91)	(54)	(32)
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(143)</u>		<u>(17)</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

- a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos de dívidas - circulante		
Moeda nacional	133	516
	<u>133</u>	<u>516</u>
Principal - circulante		
Moeda nacional	3.356	45.400
	<u>3.356</u>	<u>45.400</u>
Total - circulante	<u>3.489</u>	<u>45.916</u>
Principal - não circulante		
Moeda nacional	41.390	-
Total - não circulante	<u>41.390</u>	<u>-</u>
Total geral	<u>44.879</u>	<u>45.916</u>

Moeda nacional	31/12/2012				Principal		
Instituições financeiras / credores	Vencimento	Periodicidade da amortização do principal	Periodicidade da amortização dos juros	Taxa efetiva	Encargos Circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:							
BNDES (II)	15/04/26	Mensal	Mensal	TJLP + 2,44%	133	3.356	41.390
					<u>133</u>	<u>3.356</u>	<u>41.390</u>

Moeda nacional	31/12/2011				Principal		
Instituições financeiras / credores	Vencimento	Periodicidade da amortização do principal	Periodicidade da amortização dos juros	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos Circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:							
Itaú BBA - Cédula de crédito (I)	27/01/12	Mensal	Mensal	114,5% CDI	516	45.400	-
					<u>516</u>	<u>45.400</u>	<u>-</u>

- I) Empréstimo contratado junto ao banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R\$ 45.400, captado em 26 de agosto de 2011, e sujeito a incidência de juros de 114,5% do CDI. A amortização do principal, juntamente com os encargos, estava previsto para acontecer em 28 de novembro de 2011. Em 10 de novembro de 2011 foi elaborado um aditivo contratual, que definiu que os juros teriam vencimento em 28 de novembro de 2011, e o principal, juntamente com os encargos do período em 27 de janeiro de 2012. As demais cláusulas contratuais não sofreram alteração. Esse empréstimo foi liquidado em 27 de janeiro de 2012.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

- II) Conforme mencionado, em 27 de janeiro de 2012 a Companhia liquidou um empréstimo contratado junto ao Banco Itaú Unibanco S.A, no montante de R\$ 45.400. Esta dívida foi substituída por um novo empréstimo, captado junto ao BNDES no montante de R\$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização prevista em contrato para 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010. O contrato com o BNDES possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2012, os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, sendo eles:

Índices financeiros	Índice definido em Contrato
Patrimônio Líquido/Ativo Total	≥ 25%
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	≥ 1,2

- b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2011	dívidas	encargos	principal	encargos	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos						
Itaú BBA - Cédula de crédito	45.916	-	426	(45.400)	(942)	-
BNDES	-	46.155	3.404	(2.238)	(2.442)	44.879
	45.916	46.155	3.830	(47.638)	(3.384)	44.879

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2010	dívidas	encargos	principal	encargos	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos						
Itaú BBA - 10981103	-	36.000	5.757	(36.000)	(5.757)	-
Itaú BBA - Cédula de crédito	-	45.400	1.905	-	(1.389)	45.916
	-	81.400	7.662	(36.000)	(7.146)	45.916

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

- c) Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2012
2014	3.356
2015	3.356
2016	3.356
2017	3.356
2018	3.356
Após 2018	24.610
	<u>41.390</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu garantias conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2012, estas garantias são no montante de R\$ 1.931, e estão registradas na rubrica "títulos e valores mobiliários" no ativo não circulante.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 2.369 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal pelo valor total de R\$ 2.369. Em 11 de julho de 2012, mediante Assembleia Geral Extraordinária foi autorizado o aumento do capital social da Companhia por meio da emissão de 2.172 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo valor total de R\$ 2.172. Desse modo, em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 42.172, composto por 42.172 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e o capital social a integralizar é de R\$ 869.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

13.2 Composição acionária:

Acionistas

Alupar Investimentos S/A
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.
Total das ações

31/12/2012		31/12/2011	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
25.303	60,00	21.121	60,00
16.869	40,00	14.080	40,00
42.172	100,00	35.201	100,00

13.3 Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Destinação do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	5.987	2.855
Reserva legal (5% do lucro líquido)	299	143

14. Destinação do resultado

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2012, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo 202 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e está sob expectativa de aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Destinação do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	5.987	2.855
Constituição de reserva legal	(299)	(143)
Subtotal	5.688	2.712
Dividendos propostos	(397)	-
Reserva de lucros	(5.291)	(2.712)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A Administração da Companhia decidiu propor a não distribuição da totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é proveniente da adoção das práticas contábeis do IFRS. Como consequência, Administração da Companhia, propôs somente a distribuição do lucro líquido ajustado pela reserva legal realizada financeiramente, o que equivale ao lucro líquido ajustado pela reserva legal apurado com base nas práticas contábeis anteriores a adoção do IFRS.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

A Lei 6.404 permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

15. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Exercício findo em	
	31/12/2012	31/12/2011
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	5.987	2.855
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	39.729	31.628
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,15070	0,09027

16. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	4.701	547
Remuneração do ativo financeiro de concessão	8.017	6.366
Receita de infra-estrutura	7.876	65.803
Total - Receita operacional bruta	20.594	72.716
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
PIS	(64)	(8)
COFINS	(295)	(35)
	(359)	(43)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(255)	(12)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(38)	(2)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(38)	(1)
Ministério de minas e energia - MME	(19)	(1)
	(350)	(16)
Receita Operacional líquida	19.885	72.657

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

17. Custos e despesas operacionais

	31/12/2012		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais administrativas	Outras despesas
Pessoal	(139)	-	-
Material	(12)	(17)	-
Serviços de terceiros	(536)	(360)	-
Aluguéis	-	(21)	-
Taxa de fiscalização - TFSEE	-	-	(51)
Outros tributos e taxas	-	(46)	-
Total	(687)	(444)	(51)

	31/12/2011		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais administrativas	Total
Pessoal	(20)	-	(20)
Serviços de terceiros	-	(5)	(5)
Outros custos	(484)	-	(484)
Total	(504)	(5)	(509)

18. Custo de infraestrutura

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	-	(1.004)
Material	(704)	(28.963)
Serviços de terceiros	(1.054)	(5.361)
Gerenciamento de obras	(1.520)	(20.225)
Aluguéis	(2)	(32)
Seguros	-	(4)
Tributos e taxas	(2)	(49)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(4.137)	(9.133)
Outros	(457)	(1.032)
Total	(7.876)	(65.803)

19. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	87	3.157
Autalizações monetárias	12	4
Total	99	3.161
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.830)	(6.572)
Juros e multas	(48)	-
Total	(3.878)	(6.572)
Total Líquido	(3.779)	(3.411)

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(196)	(118)	(20)	(12)
Diferidos	(84)	(59)	(3)	(14)
Total	(280)	(177)	(23)	(26)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão de energia - Regulatório	9.736	9.736	-	-
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão de energia ajustada	779	1.168	-	-
Receita financeira	99	99	-	-
Base de cálculo (*)	878	1.267	128	128
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Subtotal	(196)	(114)	(20)	(12)
Outros	-	(4)	-	-
Total dos tributos correntes	(196)	(118)	(20)	(12)
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)	(84)	(59)	(3)	(14)

(*) A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 era tributada pelo regime do lucro real e partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, passou a ser tributada pelo regime do lucro presumido

O cálculo da taxa efetiva não está sendo demonstrado, em função da Companhia ser tributada pelo regime do lucro presumido.

21. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nos casos contratos celebrados, ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Não há saldo em aberto com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Garantias

A transação de garantia entre as empresas do grupo está relacionada abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2012
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	A lupar	Financiamento - BNDES - 112.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	44.879

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Assembleia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da diretoria da Companhia.

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da diretoria da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo (a)	(289)	(8)
Outros benefícios de longo prazo (b)	(160)	(3)
Total	(449)	(11)

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa e outra variável baseada no desempenho e atingimento de metas

22. Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2012		31/12/2011		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	334	334	20	20	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	372	372	198	198	Valor justo	Disponíveis para venda
Títulos e valores mobiliários	1.931	1.931	-	-	Valor justo	Disponíveis para venda
Concessionárias e permissionárias	849	849	487	487	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	95.626	95.626	84.767	84.767	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	99.112	99.112	85.472	85.472		
Passivo financeiro						
Fornecedores	3.609	3.609	1.492	1.492	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	44.879	44.879	45.916	45.916	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
	48.488	48.488	47.408	47.408		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas:

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

22.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

	31/12/2012	Mensuração do valor justo		
		Nível I	Nível II	Nível III
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	334	334	-	-
Investimentos de curto prazo	372	372	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.931	1.931	-	-
Ativo financeiro de concessão	95.626	-	95.626	-
	98.263	2.637	95.626	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	44.879	-	44.879	-
Total passivos financeiros	44.879	-	44.879	-

	31/12/2011	Mensuração do valor justo		
		Nível I	Nível II	Nível III
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	20	20	-	-
Investimentos de curto prazo	198	198	-	-
Ativo financeiro de concessão	84.767	-	84.767	-
	84.985	218	84.767	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	45.916	-	45.916	-
Total passivos financeiros	45.916	-	45.916	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

22.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

22.5 Análise de sensibilidade dos investimentos e das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido através do relatório Focus do Banco Central de 28 de dezembro de 2012; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras		Indicador	Posição em 31.12.2012	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano			
					Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				7,25%	3,63%	5,44%	9,06%	10,88%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)		CDI	372	27	13	20	34	40

Empréstimos e financiamentos		Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2012 (*)	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de redução		Risco de aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP				5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%
BNDES					2,238	2,811	3,957	4,530
		TJLP +	2,44%	44.746	3.384	2.238	2.811	3.957
		Total		44.746	3.384	2.238	2.811	3.957

22.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

22.6.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades destas empresas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

22.6.2 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

22.6.3 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

22.6.4 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer a captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia julgar necessário.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	(3.489)	(45.916)
Não circulante	(41.390)	-
Dívida total	(44.879)	(45.916)
Caixa e equivalentes de caixa	334	20
Investimentos de curto prazo	372	198
Títulos e valores mobiliários	1.931	-
Dívida líquida	(42.242)	(45.698)
Patrimônio líquido	49.882	38.190
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	84,7%	119,7%

23. Informações por segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

24. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte e vales refeições e foram contratados em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades..

	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica e odontológica	(26)	(1)
Auxílio alimentação	(16)	-
Total	(42)	(1)

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

25. Medida Provisória 579/2012

Em 11 de setembro de 2012 foi emitida a MP 579/2012, entre outras medidas estabelece regras para renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia. A Administração avaliou o teor da referida MP e entende que tais medidas não causarão impactos diretos nas controladas, pois os contratos de concessões possuem vencimentos posteriores aos estabelecidos na Medida Provisória.

26. Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2013, mediante “Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito” celebrado entre a Alupar (Cessionário) e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. (Cedente), ocorreu a cessão por parte da Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. de 868.900 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social, a título gratuito, da Companhia. Dessa modo, a Alupar passou a deter 26.172.251 ações ordinárias correspondendo a 62,06% do capital social.